

CONFLITO DE USO DA TERRA NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA BACIA DO RIO CABAÇAL EM MATO GROSSO, BRASIL

ÁREA Temática: Geografia física, recursos naturais, manejo de cuencas, zonas
costeras y áreas protegidas.

Kelly Sinara Alves de Carvalho ¹
Iara Silveira do Nascimento ²
Sandra Mara Alves da Silva Neves ¹
Ronaldo José Neves ¹

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Laboratório de Geotecnologias.
Av. Santos Dumont, s/n°. Bairro: Santos Dumont
CEP: 78200-000 - Cáceres - MT, Brasil
kellysinaraalves@gmail.com; {ssneves, rjneves}@unemat.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG
Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Cidade Universitária – Ilha do Fundão.
CEP: 21941-916 - Rio de Janeiro - RJ, Brasil
iarnsn.geo@gmail.com

Resumo: As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são corredores de fluxo gênico de flora e fauna, por onde passam os animais. Elas têm a função de proteger o solo, assegurar o bem-estar do homem e conectar as paisagens fragmentadas. Tais áreas são constantemente ameaçadas pela forma como tem sido utilizadas, devido ao uso antrópico. A falta de planejamento para utilização das reservas das APPs, especialmente nos rios desencadeia numa exploração desordenada e crescente esgotamento dos recursos hídricos. Neste contexto, este estudo objetiva analisar o conflito do uso da terra nas Áreas de Preservação Permanente dos rios que cortam os assentamentos rurais Montechi, Cecília Antunes, Santa Rosa I, São Benedito e Santa Helena II, na Bacia do rio Cabaçal, no estado brasileiro de Mato Grosso. Tal pesquisa visa a geração de informações que orientem ações possíveis aos agricultores e pecuaristas familiares e subsidiem tomadas de decisões, seja em nível governamental ou da sociedade civil. Os procedimentos metodológicos foram operacionalizados por meio das geotecnologias, a partir da imagem de sensoriamento remoto orbital de alta resolução do satélite RapidEye, do ano de 2012, com resolução espacial de 5 metros. O processamento da imagem foi executado no software Spring, versão 5.2.3 (INPE). A imagem classificada foi exportada e no *software* ArcGIS, versão 9.2 (ESRI) convertida para vetor a partir da ferramenta *Raster* para Polígono. Os resultados obtidos apresentaram conflito de uso da terra nas APPs em três assentamentos; dentre os quais o Montechi apresentou 55,56%, Santa Rosa I 54,55% e São Benedito 50% das Áreas de Preservação Permanente de seus cursos hídricos identificadas pela pecuária com presença de vegetação secundária. Neste sentido, conhece-se que tal prática é proibida pela lei federal nº 12.651/2012. Os assentamentos Cecília Antunes e Santa Helena II não apresentaram conflito de uso da terra, com 100% das áreas de APP cobertas por Floresta Aluvial (arbórea, arbustiva e herbácea) ao longo dos flúvios. Conclui-se que a partir das informações obtidas nas

regiões de conflito, as APPs dos assentamentos rurais pesquisadas deveriam estar preservadas, mas encontram-se degradadas pela pecuária em três dos cinco assentamentos identificados. Nesse sentido recomenda-se que seja feita uma recuperação das APPs, para que não haja danos aos recursos hídricos, os quais são imprescindíveis à vida humana e às atividades produtivas; e aos assentados, visto que essa situação pode implicar em restrições ao acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: APPs, sensoriamento remoto, assentamentos rurais, código florestal.